

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 03 de maio de 2022



Nesta edição:

- **Projeto que retoma a isenção do AFRMM no Drawback Isenção é aprovado na CCJC**
- **Comissão Geral debate no Plenário da Câmara dos Deputados “Diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil”, em homenagem ao Dia do Trabalho**

Projeto que retoma a isenção do AFRMM no Drawback Isenção é aprovado na CCJC

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara concluiu pela constitucionalidade do PL 1765/2019, que amplia o prazo de isenção do AFRMM nas regiões Norte e Nordeste, nos termos do parecer do dep. Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM).

O parecer acatou o substitutivo da Comissão de Viação e Transporte que definiu de forma clara o alcance da isenção do AFRMM para mercadorias submetidas ao drawback na modalidade Isenção. Atualmente, são realizadas interpretações diversas que resultam na cobrança indevida do AFRMM, gerando um ambiente de negócios juridicamente inseguro e não isonômico.

O substitutivo também estendeu a não incidência do AFRMM para a navegação de longo curso sobre as mercadorias destinadas aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem na região Norte ou Nordeste e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento dessas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento.

O projeto segue para o Senado, salvo apresentação de recurso para análise do Plenário.

Comissão Geral debate no Plenário da Câmara dos Deputados “Diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil”, em homenagem ao Dia do Trabalho

Comissão Geral da Câmara dos Deputados, em razão da passagem do Dia do Trabalho, debateu o tema “**Diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil**”. A convite do Partido NOVO, a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** foi representada por **Sylvia Lorena Teixeira de Sousa - Gerente Executiva de Relações do Trabalho**.

Entre outras entidades convidadas para o evento, também participaram: Instituto Millenium; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores do Trabalho (ANPT); o Sindicato Nacional dos Auditores Ficiais do Trabalho (SINAIT); Ministério Público do Trabalho (MPT); Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit); Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); Central única dos Trabalhadores (CUT); e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Sylvia Lorena destacou a importância do Dia do Trabalho, data que traz a oportunidade de reflexão sobre a necessidade de um país com economia forte, produtiva, sustentável e competitiva, pois só assim é possível gerar empregos e trabalho formal.

Para a CNI, é preciso que o Brasil supere suas diversas dificuldades estruturais, burocráticas, regulatórias e econômicas, para que se tenha um ambiente de negócios que contribua para a expansão das atividades produtivas e das oportunidades de trabalho formal.

Nesse sentido, Sylvia Lorena reforçou que a modernização trabalhista de 2017 foi e está sendo fundamental nesse desafio, ao regulamentar temas importantes, como a negociação coletiva, o teletrabalho e aperfeiçoar outros temas, que também contribuem com a segurança jurídica, acarretando conseqüentemente, queda na judicialização trabalhista. Apenas nas varas do trabalho, a redução dos processos trabalhistas foi de 43%, no período de 2016 a 2021.

O fortalecimento da negociação coletiva, por exemplo, gerou a efetiva valorização do diálogo entre trabalhadores e empresas, permitindo adaptações de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada uma das partes, mediante balizas claras sobre o que pode ser negociado entre empresas e sindicatos e o que não pode ser objeto de negociação, como os direitos constitucionais.

Apontou que em recente pesquisa no setor industrial, foi demonstrado que 86% das empresas ouvidas estão satisfeitas com a negociação coletiva após a reforma, especialmente pelo aumento da segurança jurídica. Além disso, para 59% dos participantes, houve melhoria na gestão dos colaboradores. Outros 51% entendem que agora há melhores condições para oferta de benefícios aos empregados.

Destacou que outro avanço importante foi a regulamentação do teletrabalho, fundamental para atravessar o auge da crise da pandemia de covid-19 nos empregos. Disse que a modernização trabalhista trouxe balizas legais que permitiram empresas e trabalhadores adaptarem rotinas de trabalho e preservar empregos nesse período.

Mas é necessário continuar avançando e superar a alta taxa de desemprego. Essa taxa, após a crise econômica de 2014 a 2016, e a crise da covid-19, precisa continuar caindo. Também é preciso ter foco na qualificação, no empreendedorismo e na relação de novas tecnologias com o trabalho. Ao mesmo tempo, estratégias para reduzir a informalidade e as desigualdades devem ser priorizadas, pois, a informalidade é a verdadeira precarização do trabalho!

A representante da CNI convidou a todos para um olhar mais amplo, afinal, o Brasil precisa de um ambiente de negócios que contribua para a expansão das atividades produtivas, que, entre outros, fomenta a inovação, que conte com um sistema tributário moderno, infraestrutura adequada, e segurança jurídica.

Sylvia Lorena finalizou ressaltando que o dia do Trabalho é mais do que o dia do emprego, e por isso é importante buscar uma visão moderna que reconheça o vínculo entre o desenvolvimento social, o

crescimento econômico sustentado e as relações de trabalho, sempre lembrando que a modernização trabalhista de 2017 foi e está sendo uma parte essencial nesse contexto.

Quanto aos demais convidados, a maioria defendeu a revogação da Reforma Trabalhista de 2017, sob o argumento de precarização das relações de trabalho.

O Presidente da Câmara, Dep. Arthur Lira (PP/AL), reafirmou em seu discurso lido em Plenário, o compromisso da Casa pela continuidade da melhoria dos índices de desemprego e fortalecimento das políticas econômicas responsáveis, acrescentando que o "Poder Público deve proporcionar crescimento da economia e geração de empregos, que dependem da melhoria do ambiente de negócios e atração de investidores".



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
<https://www.legisdata.cni.com.br>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA